

Lei Nº 1.441 de 12 de março de 2015.

Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, cria o Conselho Municipal de Saneamento e o Fundo Municipal de Saneamento, e dá outras providências.



O PREFEITO MUNICIPAL DE SENHORA DO REMÉDIOS

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO

Art.1º - A Política de Saneamento Básico do Município de Senhora dos Remédios tem como objetivo a melhoria da qualidade da sanidade pública e da manutenção do Meio Ambiente equilibrado, buscando o desenvolvimento sustentável e o fornecimento de diretrizes ao poder público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infra-estrutura e instalações operacionais de:

a) Abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumento de medição;

b) Esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

Art.2º - Para o estabelecimento da Política Municipal de Saneamento Básico serão observados os seguintes princípios fundamentais:

I – universalização do acesso;

II – integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III – abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

V – eficiência e sustentabilidade econômica;

VI – utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários, a capacidade orçamentária e financeira de investimentos e de aplicação do Poder Público, especialmente o Poder Público Municipal, e a adoção de soluções graduais e progressivas em conformidade com o plano municipal de saneamento básico e demais políticas públicas estabelecidas pelo Município;

VII – transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

VIII – controle social;

X – segurança, qualidade e regularidade;

XI - integração das infra-estruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Parágrafo único. A Política de Saneamento Básico do Município de Senhora dos Remédios, será implementada de acordo com os pressupostos estabelecidos na Lei Orgânica Municipal de Senhora do Remédios, na legislação municipal reguladora da criação, regulamentação e prestação dos serviços de água e esgotamento sanitário de Senhora do Remédios e, ainda, nas diretrizes definidas na Lei Federal 11.445/2007 e no Decreto 7.217, de 21 de junho de 2010.

Art. 3º. A Política de Saneamento Básico do Município de Senhora dos Remédios orientar-se-á pelos seguintes aspectos técnicos:

I - a prestação dos serviços atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais;

II - o serviço de abastecimento de água deverá atender aos padrões de potabilidade da água definidos pela União;

III - o serviço de esgotamento sanitário deverá promover estudos que permitam obter junto aos órgãos competentes o licenciamento básico das unidades de tratamento de esgotos sanitários e de efluentes gerados nos processos de tratamento de água, que considerará etapas de eficiência, a fim de alcançar progressivamente os padrões estabelecidos pela legislação, em função da capacidade de pagamento dos usuários;

IV - na ausência de redes públicas de saneamento básico serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de afastamento e destinação final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas de saneamento básico, sanitária e de recursos hídricos;

V - em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada por ato do Executivo Municipal, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

VI - os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômica financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços na forma da legislação municipal e regulamentos expedidos pela Administração Pública Municipal.

VI - poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

Art. 4º A Política de Saneamento Básico do Município de Senhora dos Remédios contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico (SMSB).

§1º O Sistema Municipal de Saneamento Básico fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas, e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

§2º O Sistema Municipal de Saneamento Básico de Senhora dos Remédios é composto dos seguintes instrumentos e entidades:

- I - Plano Municipal de Saneamento Básico ou PMSB;
- II - Conselho Municipal de Saneamento Básico (COMUSB);
- III - Fundo Municipal de Saneamento Básico (FUMUSB);
- IV - Serviços Públicos de Saneamento Básico.





DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 5º. O Plano Municipal de Saneamento Básico de Senhora dos Remédios, a ser disciplinado por lei municipal, será o instrumento de implementação da Política Municipal de Saneamento e visará integrar e orientar as ações dos agentes públicos e privados na adoção de medidas indispensáveis à promoção da universalização dos serviços de saneamento e garantia da salubridade ambiental.

Art. 6º O Plano Municipal de Saneamento Básico de Senhora dos Remédios será composto por planos setoriais específicos de cada uma das políticas públicas que irão compor o Sistema Municipal de Saneamento Básico (SMSB), devendo englobar integralmente o território do município, zonas urbana e rural, e observará os princípios e diretrizes definidas nesta lei.

CAPÍTULO III DO CONTROLE SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 7º Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento Básico de Senhora dos Remédios, ou simplesmente COMUSB, órgão colegiado de caráter deliberativo e fiscalizador do Sistema Municipal de Saneamento Básico de Senhora dos Remédios.

Parágrafo único. O controle social do Sistema Municipal de Saneamento Básico será efetivado pela criação do COMUSB.

Art. 8º Compete ao Conselho Municipal de Saneamento Básico de Senhora dos Remédios:

- I - formular as políticas de saneamento básico, definir estratégias e prioridades, acompanhar e avaliar sua implementação;
- II - deliberar sobre propostas e programas sobre saneamento básico;
- III - fiscalizar e controlar a execução da Política Pública Municipal de Saneamento Básico, observando o fiel cumprimento de seus princípios e objetivos;
- IV - decidir sobre propostas de alteração da Política Municipal de Saneamento Básico;
- V - estabelecer diretrizes para a formulação de programas de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico;
- VI - estabelecer diretrizes e mecanismos para o acompanhamento, fiscalização e controle do Fundo Municipal de Saneamento Básico;
- VII - articular-se com outros conselhos existentes com vistas a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico;
- VIII - estabelecer as metas relativas à cobertura de abastecimento de água, de cobertura dos serviços de esgotamento sanitário, índice e níveis de tratamento de esgotos, perdas em sistema de água e de regularidade do abastecimento, observada as disponibilidades financeiras e orçamentárias do Município, em consonância com o PPA, a LOA e a LDO;
- IX - examinar propostas e denúncias e responder a consultas sobre assuntos pertinentes a ações e serviços de saneamento;
- X - exercer as atividades de regulação previstas na Lei Federal 11.445/2007, na hipótese de ausência de ente regulador específico;
- XI - promover a eleição de sua Presidência;
- XI - elaborar e aprovar o seu regimento interno.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Saneamento terá caráter consultivo das atividades decorrentes da execução da Política Municipal de Saneamento.

Art. 9º O COMUSB, composto de forma paritária entre o Poder Público Municipal e a sociedade civil, será constituído de oito membros efetivos e respectivos membros suplentes conforme abaixo:

I – quatro representantes do Poder Executivo Municipal, indicados pelo Prefeito Municipal, sendo, no mínimo, dois representantes do órgão municipal responsável pelo saneamento básico.

II – quatro representantes da sociedade civil, preferencialmente indicados por entidades não governamentais atuantes no campo do saneamento básico, representantes dos usuários, legalmente constituídas e em regular funcionamento há mais de 01 (um) ano.

§1º Cada membro do COMUSB terá um suplente.

§2º Os membros do COMUSB e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal, respeitadas as indicações previstas nesta Lei.

§3º Os membros do Conselho terão um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por um mandato de igual período, enquanto no desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.

§4º O Prefeito Municipal indicará os representantes do Poder Público, que poderão ser substituídos, a qualquer tempo, mediante nova indicação do representado.

§5º Os representantes da sociedade civil serão eleitos em Assembléia própria, especialmente convocada para este fim.

Art. 10 O Presidente e o Vice-Presidente do COMUSB serão escolhidos, mediante votação, dentre os seus membros, por maioria absoluta.

§1º O Vice-Presidente do COMUSB substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, e, em caso de ocorrência simultânea em relação aos dois, a presidência será exercida pelo conselheiro mais idoso.

§2º O Presidente do COMUSB poderá convidar para participar das reuniões ordinárias e extraordinárias membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, além de pessoas de notória especialização em assuntos de saneamento.

Art. 11 Cada membro do Conselho Municipal terá direito a um único voto na sessão plenário, excetuando o Presidente que exercerá o voto de qualidade.

Art. 12 A função do membro do COMUSB não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Art. 13 As entidades não governamentais representadas no COMUSB perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

- I – extinção de sua base territorial de atuação no Município;
- II – irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatível a sua representação no Conselho;
- III – aplicação de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovada.

Art. 14 Perderá o mandato o Conselheiro que:

- I – desvincular-se do órgão ou entidade de origem de sua representação;
- II – faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa;
- III – apresentar renúncia ao plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção na Secretaria do Conselho;
- IV – apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;
- V – for condenado em sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

Art. 15 Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros do COMUSB serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, podendo estes exercer os mesmos direitos e deveres dos efetivos.



Art. 16 Os órgãos ou entidades representados pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada.

Art. 17 O COMUSB reunir-se-á trimestralmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.

Art. 18 O COMUSB instituirá seus atos por meio da resolução aprovada pela maioria de seus membros.

Art. 19 As sessões do COMUSB serão públicas, precedidas de ampla divulgação.

Art. 20 A Prefeitura Municipal de Senhora do Remédios, por intermédio do órgão responsável pelos serviços de saneamento, proporcionará o apoio técnico-administrativo necessário ao funcionamento do COMUSB.

Art. 21 Os recursos financeiros para implantação e manutenção do COMUSB serão previstos nas peças orçamentárias do Município, possuindo datações próprias.

CAPÍTULO IV DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - FUMUSB

Art. 22 Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Básico, ou simplesmente FUMUSB, órgão da Administração Municipal de natureza jurídica contábil, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas à política municipal de saneamento do Município de Senhora dos Remédios.

§1º Os recursos do FUMUSB serão aplicados exclusivamente em saneamento básico no espaço territorial do Município de Senhora dos Remédios.

§2º A supervisão do FUMUSB será exercida na forma da legislação própria e, em especial, pelo recebimento sistemático de relatórios, balanços e informações que permitam o acompanhamento das atividades do FUMUSB e da execução do orçamento anual e da programação financeira aprovados pelo Executivo Municipal.

Art. 23 Os recursos do FUMUSB serão provenientes de:

- I - Repasses de valores do Orçamento Geral do Município;
- II - Percentuais da arrecadação relativa a tarifas e taxas decorrentes da prestação dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água, de coleta e tratamento de esgotos, resíduos sólidos e serviços de drenagem urbana;
- III - Valores de financiamentos de instituições financeiras e organismos multilaterais públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros;
- IV - Valores a Fundo Perdido, recebidos de pessoas jurídicas de direito privado ou público, nacionais ou estrangeiras;
- V - Doações e legados de qualquer ordem.
- VI - Rendimentos de aplicações financeiras;
- VII - Outras receitas destinadas ao FUMUSB.

§1º O resultado dos recolhimentos financeiros será depositado em conta bancária exclusiva e poderão ser aplicados no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, sendo que tanto o capital como os rendimentos somente poderão ser usados para as finalidades específicas descritas nesta Lei.

§2º A gestão orçamentária, inclusive de ordenação, liquidação e pagamentos de despesas, será realizada pelo Executivo Municipal, conforme ato próprio a ser expedido, o qual será indicado os respectivos responsáveis no âmbito da administração pública do Município.



§3º A gestão financeira, inclusive a movimentação financeira, perante instituições bancárias, será realizadas de forma conjunta pelo Prefeito Municipal, que será o representante legal e gestor do FUMUSB, e pelo responsável pela tesouraria da Prefeitura Municipal.

§3º O Prefeito Municipal, mediante ato próprio, poderá delegar as atribuições de gestão orçamentária e financeira do FUMUSB a outros servidores da Administração Pública Municipal.

§4º A delegação, a que se refere o parágrafo anterior, envolverá:

I – realização dos atos de gestão de aplicação dos recursos do Fundo;

II – a obrigação de submeter ao COMUSB demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo;

III – gestão financeira e orçamentária, incluindo a movimentação financeira perante instituições bancárias, inclusive assinaturas eletrônicas ou assinatura de cheques, atos de ordenação, liquidação e pagamentos de despesas do Fundo,

IV – outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.

§5º Todos os atos de gestão e movimentação dos recursos do FUMUSB serão realizados sob o controle do COMUSB.

Art.24 Os procedimentos contábeis relativos ao FUMUSB serão executados pela Contabilidade Geral do Município.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, FINAIS E TRANSITÓRIAS.

Art. 25 Para a primeira instalação do COMUSB, o Prefeito Municipal convocará, por meio de edital, os integrantes da sociedade, preferencialmente por intermédio das entidades atuantes no campo do saneamento, que serão escolhidos em assembléia ou fórum especialmente realizado para este fim, a ser efetivado no prazo de trinta dias após a publicação do referido edital, cabendo as convocações seguintes à Presidência do Conselho.

Art. 26 O COMUSB elaborará o seu regimento interno, no prazo máximo de sessenta dias a contar da data de sua instalação, o qual será aprovado por ato próprio.

Parágrafo único. O regimento interno disporá sobre o funcionamento do COMUSB, das atribuições de seus membros, entre outros assuntos.

Art.27 O Plano Municipal de Saneamento Básico será elaborado pelo Executivo Municipal, em conformidade com a Lei Federal 11.445/07 e remetido à Câmara Municipal, observado o prazo final de sua aprovação até 31 de dezembro de 2015, nos termos do Decreto nº 8211 de 21 de março de 2014.

Art. 28 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senhora dos Remédios, 12 de março de 2015.


Denilson José Rodrigues
Prefeito Municipal

**Denilson José Rodrigues Resende
PREFEITO MUNICIPAL**



Lei de Nº 1.440 de 12 de março de 2015.

Dispõe sobre alteração da Lei Municipal nº 1.421 de 27 de junho de 2014.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SENHORA DOS REMÉDIOS

Faço saber que a Câmara Municipal de Senhora dos Remédios decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O *caput* do §2º do art. 16 da Lei Municipal nº 1.421 de 27 de junho de 2014 fica alterado, passando a vigorar com a seguinte redação:

"§2º O processo para escolha dos membros do Conselho Tutelar, observará edital, a ser baixado 180 (cento e oitenta) dias antes da data referida no parágrafo anterior, pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, que deverá observar as seguintes normas:"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos no processo de escolha a ser realizado no ano de 2015.

Senhora dos Remédios, 12 de março de 2015.

DENÍLSON JOSÉ RODRIGUES RESENDE
Prefeito Municipal

Denilson José Rodrigues Resende
PREFEITO MUNICIPAL

